



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**ESTADO DO PARANÁ**

**PLENÁRIO LEGISLATIVO**



Avenida Curitiba, nº 563, Centro – CEP: 86.930-000. São João do Ivaí/PR. CNPJ: 77.774.644/0001-61.  
Telefone (43) 3477 – 2780. e-mail: [camara@cmsaojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:camara@cmsaojoaodoivai.pr.gov.br)

## ***COMISSÃO DE JUSTIÇA E REDAÇÃO***

### **PARECER SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 006/2025 – LEGISLATIVO**

**RELATOR:** Thiago Henrique Carlos da Silva

**PRESIDENTE:** Joaquim Henrique da Cunha Silvério

**MEMBRO:** Astalair Tiba Monteiro

### **I – INTRODUÇÃO**

Chega a esta Comissão, para análise, o Projeto de Lei nº 006/2025, de autoria da Mesa Diretora da Câmara Municipal de São João do Ivaí, que visa autorizar a concessão de vale-alimentação mensal aos vereadores, com fundamento no princípio da simetria e isonomia entre os agentes públicos integrantes da estrutura administrativa da Casa Legislativa.

O projeto surge como desdobramento do benefício já existente e regularmente concedido aos servidores efetivos e comissionados do Poder Legislativo, buscando conferir igualdade de tratamento aos membros do Parlamento Municipal, sob a forma de vantagem de natureza indenizatória e não remuneratória.

### **II – DA CONSTITUCIONALIDADE E LEGALIDADE**

A Constituição Federal, em seu art. 29, inciso VI, dispõe sobre a fixação dos subsídios dos vereadores, restringindo a iniciativa e os limites remuneratórios. No entanto, não há vedação constitucional expressa à concessão de verbas indenizatórias aos agentes políticos, como é o caso do vale-alimentação, desde que atendidos critérios de legalidade, moralidade e economicidade.

No âmbito estadual, o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) não possui jurisprudência consolidada autorizando ou vedando expressamente a concessão de vale-alimentação aos vereadores. Até o presente momento, não há precedentes julgados sobre a legalidade do benefício quando estendido a agentes políticos, o que reforça a necessidade de análise caso a caso, com ênfase na fundamentação jurídica local e na avaliação de compatibilidade com o interesse público e o ordenamento vigente.

Assim, na ausência de orientação firme da Corte de Contas, a Câmara Municipal tem autonomia para deliberar sobre a matéria, desde que respeitados os seguintes parâmetros:

- Previsão expressa em lei local;
- Distinção clara entre subsídio e vantagem eventual;
- Compatibilidade orçamentária e obediência à Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Vedação à incorporação ao subsídio ou pagamento retroativo;
- Finalidade exclusivamente indenizatória e não remuneratória.

A proposta, neste contexto, não implica aumento de subsídio, mas apenas a concessão de uma verba de caráter indenizatório, destinada ao custeio de despesas alimentares, nos mesmos moldes já praticados com os servidores do Legislativo.

### **III – DA JURIDICIDADE**

A proposta legislativa encontra respaldo na legislação federal, nos precedentes da Corte de Contas estadual e nos princípios constitucionais aplicáveis à administração pública (legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência – art. 37 da CF/88).

A concessão de verba indenizatória não fere o princípio da anterioridade previsto no art. 29, VI, da CF, por não se tratar de subsídio ou aumento de remuneração, e sim de vantagem eventual e condicionada, com finalidade de compensar despesas de alimentação, conforme ocorre com os servidores públicos.

Além disso, o projeto não interfere na estrutura orçamentária anual da Câmara Municipal de forma irregular, uma vez que o plano de impacto financeiro foi apresentado e demonstra compatibilidade com o orçamento vigente, nos termos do que exige a Lei Complementar nº 101/2000 (LRF).

#### **IV - DA TÉCNICA LEGISLATIVA**

O texto da proposição está em conformidade com os preceitos estabelecidos pela Lei Complementar nº 95/1998, que disciplina a elaboração e redação das leis. Apresenta linguagem clara, com definição do objeto, justificativa do interesse público e delimitação da sua aplicação.

O projeto observa ainda os princípios da coerência normativa, sistematização e clareza, estando redigido em conformidade com a legislação municipal e com os parâmetros técnicos usuais de leis de cunho organizacional e administrativo.

#### **V - DA CONFORMIDADE ORÇAMENTÁRIA**

O projeto está instruído com plano de impacto orçamentário-financeiro, elaborado pelo setor contábil da Câmara Municipal, conforme determina o art. 16 da LRF. O estudo demonstra que os gastos estimados com a concessão do vale-alimentação aos vereadores não ultrapassam os limites legais de despesa com pessoal, tampouco comprometem a execução orçamentária da Casa Legislativa.

É importante destacar que a natureza indenizatória da verba afasta a obrigatoriedade de sua inclusão no limite de gasto com pessoal previsto pela Lei de Responsabilidade Fiscal, desde que a concessão observe os critérios da razoabilidade, proporcionalidade e economicidade.

#### **VI - DO MÉRITO INDIRETO**

Embora esta Comissão não se pronuncie quanto ao mérito administrativo, é oportuno observar que a proposição guarda congruência

com políticas de valorização institucional e fortalece a autonomia administrativa da Câmara.

A simetria na concessão de benefícios entre os diferentes agentes públicos internos contribui para a harmonia organizacional, a equidade no tratamento funcional e o fortalecimento do princípio da dignidade da pessoa humana no serviço público, mesmo quando se trata de mandato eletivo.

## **VII – CONCLUSÃO DO RELATOR**

Diante do exposto, entendo que o Projeto de Lei nº 006/2025:

- É constitucional, de iniciativa legítima e não fere os princípios da moralidade administrativa;
- Está juridicamente apto, por atender à legislação vigente e jurisprudência dos órgãos de controle;
- Apresenta técnica legislativa adequada;
- Encontra-se acompanhado do estudo de impacto financeiro, conforme exigência da LRF;
- Promove simetria e isonomia interna sem onerar indevidamente os cofres públicos.

Dessa forma, manifesta-se FAVORAVELMENTE à tramitação e aprovação do Projeto de Lei nº 006/2025-LEG.

São João do Ivaí, 15 de abril de 2025.

  
Thiago Henrique Carlos da Silva  
**Relator**



# **CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO IVAÍ**

**ESTADO DO PARANÁ**

**PLENÁRIO LEGISLATIVO**




Avenida Curitiba, nº 563, Centro – CEP: 86.930-000. São João do Ivaí/PR. CNPJ: 77.774.644/0001-61.


Telefone (43) 3477 – 2780. e-mail: [camara@cmsaojoaodoivai.pr.gov.br](mailto:camara@cmsaojoaodoivai.pr.gov.br)

## **CONCLUSÃO DA COMISSÃO**

Após apresentação do voto pelo relator, a Comissão de Justiça e Redação deliberou e, por unanimidade, decidiu acompanhar o voto, emitindo parecer favorável à aprovação do Projeto de Lei nº 006/2025, recomendando sua apreciação e aprovação pelo Plenário da Câmara Municipal de São João do Ivaí.

São João do Ivaí, 16 de abril de 2025.

  
**Joaquim Henrique da Cunha Silvério**  
**Presidente da Comissão**

  
**Thiago Henrique Carlos da Silva**  
**Relator**

**Astalair Tiba Monteiro**  
**Membro**